

		Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
	labeca		1 de 23

SNODGRASS, A.

2006. *Archaeology and the Emergence of Greece*.¹ Edinburgh, Edinburgh University Press: 269-289.

[tradução: Cibele E. V. Aldrovandi; revisão Labeca]


Capítulo 15

Este texto talvez seja melhor tratado como uma atualização do Cap. 11, publicado quatorze anos atrás — mas com um pouco mais de atenção dada ao surgimento da pólis. Ele registra avanços em algumas áreas — a contribuição potencial do levantamento intensivo é reconhecida pela primeira vez aqui (p. 278 - 80) —, e ausência de progresso em outras; um ou dois argumentos por demais enfáticos foram mitigados. Há um vislumbre (p. 284) da controvérsia iminente que integra a discussão na Parte IV abaixo.

Por bem mais de cem anos, as pessoas estudaram a cidade grega como uma entidade e fizeram apenas um uso desprezível da evidência arqueológica. Ainda em 1969, na segunda edição traduzida do *Der griechische Staat* de Victor Ehrenberg¹, o leitor tem que procurar realmente muito para encontrar, mesmo que uma referência velada à Arqueologia. Os historiadores da pólis lidaram essencialmente com uma abstração; evitaram detalhes físicos corriqueiros, assim como tenderam a evitar toda abordagem diacrônica; e, ambas as exclusões consideraram a Arqueologia supérflua. Os arqueólogos demonstraram pouco se importar com isso: continuaram a estudar seus templos, estátuas e vasos, inocentes, não de *todas* as reflexões históricas — 1930 a 1950 foi, além de tudo, a idade de ouro da interpretação ‘política’ das distribuições de vasos cerâmicos — mas, certamente, inocentes em relação a qualquer preocupação com *entidades* históricas como a cidade-estado.

Hoje, tudo isso parece ter mudado. Alguns livros sobre a pólis estão sendo escritos por historiadores que fazem referências constantes aos achados

¹ Esse artigo foi originalmente publicado em ‘Archaeology and the study of the Greek city’, de J. Rich e A. Wallace-Hadrill (ed.), *City and Country in the Ancient World*, London and New York: Routledge, 1991: 1-23.

	Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		2 de 23

arqueológicos; outros, mesmo, são escritos por arqueólogos. Que fatos levaram a essa mudança? Um fator importante a contribuir para isso foi a pequena onda de novas descobertas arqueológicas, especialmente relacionadas ao surgimento da pólis. Mas o que gerou essa onda? A resposta encontra-se em parte em uma iniciativa dos historiadores que nos leva a um segundo fator fundamental: houve uma mudança de atitude, por parte dos historiadores e também dos arqueólogos. Os primeiros, agora, não estão mais satisfeitos em dar, como Aristóteles na *Política*, uma reconstrução mais ou menos teórica do advento da pólis, situada em algum período inicial indefinido: eles sentem a obrigação de oferecer algum tipo de explicação sobre a data, a causa e os meios pelos quais a entidade, com a qual eles estão ocupados, surgiu. Para tanto, eles precisam aventurar-se por períodos recuados para os quais as fontes escritas, por si só, são claramente inadequadas. Então, chamaram os arqueólogos que, por sua vez, se surpreenderam ao saber que já possuíam um conjunto substancial de evidências existentes que eram relevantes à questão, como também, para responder ao chamado de novas escavações a fim de preencher as áreas vazias sobre o mapa da Grécia antiga. O fato de tanta evidência estar há tempos disponível, no entanto, deve significar que a mudança de atitude foi o fator decisivo. Em poucas palavras, a explicação assumiu o lugar da análise e da descrição como objetivo primário nas duas disciplinas. Eu espero que, para a maioria dos leitores, esses sejam avanços bem-vindos.

Essas considerações estão todas relacionadas a uma grande área de estudo da pólis, suas origens e emergência: este, na verdade, é um tópico para o qual a Arqueologia tem um papel principal e é por isso que ela irá aparecer de modo proeminente nesse artigo. Mas há um segundo tópico no estudo da pólis, que também se beneficiou do trabalho arqueológico recente e da mudança paralela de atitude. Trata-se de toda a questão que envolve a base física sobre a qual a cidade grega se assenta: o território e a economia rural. Aqui, as sementes da mudança de atitude podem ser detectadas muito anteriormente; mas elas foram semeadas fora da fronteira acadêmica clássica (tenho o nome de Max Weber especialmente em mente) e, talvez por essa razão, elas levaram um tempo extraordinariamente longo para germinar; na verdade, a não ser pela defesa obstinada de Moses Finley, eu realmente duvido que mesmo agora elas tivessem resultado nesse crescimento tão próspero que apresentam hoje nos estudos históricos antigos. No campo arqueológico, elas caíram em terreno ainda mais pedregoso e eu acredito que a mudança de direção nos estudos arqueológicos tem outras causas. De passagem, os dois lados devem prestar

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		3 de 23									

homenagem a um terceiro grupo, o dos epigrafistas: sobre muitos dos tópicos relevantes, da topografia em geral ao modo como arranjos constitucionais afetavam os territórios, às fronteiras territoriais, à escravidão agrícola, foram eles que frequentemente estiveram pela primeira vez em campo.

A abertura desse segundo campo de investigação (ou assim eu estou sugerindo) ocorreu por meio de uma coincidência afortunada de interesses entre as pesquisas históricas e arqueológicas recentes. Os historiadores, tão logo se tornaram conscientes da necessidade de examinar as bases agrícolas da cidade, descobriram que as evidências das fontes escritas antigas estavam preocupantemente incompletas e começaram a procurar tipos alternativos de documentação. Os arqueólogos que, por tanto tempo, haviam seguido os historiadores em sua concentração sobre o setor urbano da vida da pólis, não estavam em condições de ajudar. Mas a ajuda estava à mão, a partir de uma fonte inesperada. Os colegas arqueólogos na América do Norte estavam começando a complementar, ou mesmo a substituir, a escavação como meio tradicional de trabalho de campo, por uma nova técnica de levantamento regional. Aqui estava uma técnica que, diferente da escavação, era desenhada para gerar informação em escala regional e com um viés rural. Os métodos que foram aplicados nas culturas autóctones da América do Norte, por pessoas que frequentemente tinham pouco interesse pelas culturas urbanizadas e, certamente, nenhum pela cidade Clássica, acabaram por ser eminentemente úteis, primeiro na Itália pré-romana ou etrusca, depois no período do poderio romano na Itália e além dela, e, finalmente, ao mundo da cidade grega. Um levantamento podia fornecer um quadro do padrão de assentamento sobre todo o território de uma pólis de tamanho médio, ou de partes destas em várias *póleis*, e também teria uma aplicação na paisagem mais ampla do *étnos* padrão — exatamente o que os historiadores precisavam.

Como resultado de todos esses desenvolvimentos, mais e mais o estudo da pólis, ao menos quando conduzido de forma generalizada, se tornou profundamente envolvido com o uso da evidência arqueológica. Se voltarmos ao nosso primeiro tópico, sobre a origem e crescimento da cidade, podemos iniciar nossa busca por aplicações, reais ou potenciais, dessa evidência. Em seu capítulo inicial, Ehrenberg (1969) dividiu seu tratamento sobre este assunto em cinco itens: 'Terra e Mar', 'Tribo e Cidade', 'Os Deuses', 'Nobres e Não-Nobres' e 'Formas e Estados'. Com exceção da última categoria, cuja investigação é essencialmente de natureza histórica e conduzida por inferências pretéritas a partir de documentação mais tardia, acredito que a Arqueologia pode contribuir

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		4 de 23									

em cada uma dessas esferas. Ela pode oferecer não apenas as classes de evidência referidas acima, que são específicas para o caso da cidade grega, mas também um corpo de trabalhos recentes dirigidos a uma teoria geral de formação do Estado, baseada na pesquisa antropológica e, mais tarde, com uma aplicação arqueológica.² Embora este trabalho tenha sido utilizado para culturas não-históricas, alguns de seus resultados são relevantes para o caso da Grécia antiga: particularmente a ideia de um 'Módulo de Estado Inicial', que é essencialmente pequeno em escala³, embora dificilmente tão pequeno quanto a típica pólis grega. De fato, podemos refletir sobre uma questão em relação ao tratamento da pólis em seu estado de formação, como um exemplo não-histórico, uma vez que ela é praticamente inexistente na documentação da época. Isso é geralmente verdade nos estados primitivos: a descoberta da escrita frequentemente precede a formação estatal por um intervalo suficientemente longo para gerar documentos coerentes na época da mudança política.

Um bom ponto de partida para a discussão é a importância que Aristóteles atribuiu à 'comunidade de lugar' — talvez o mais antigo reconhecimento que a abstração da pólis possuía uma representação física inseparável. A comunidade de lugar incorpora tanto a *ásty*, o lugar central, cuja função foi transformada quando o Estado surgiu, quanto o território que, a partir daí, consistia na soma das propriedades de terra de todos os membros da comunidade. Essas são mudanças que supostamente estão manifestas no registro arqueológico. O que nós precisamos evitar é qualquer expectativa de que essas manifestações serão uniformes em todos os casos. O impacto físico da formação da pólis variaria de acordo com as condições prévias da região em que a pólis específica surgiu. Nós sabemos pouco sobre essas condições prévias em qualquer parte do mundo grego, mas o que sabemos pode ao menos ser expresso em termos arqueológicos. Assim, existe um fato interessante, cuja relevância foi observada por Ehrenberg e, recentemente, ampliada por Nicolas Coldstream⁴, que a área do mundo grego em que o estilo Geométrico na cerâmica alcançou seu mais avançado desenvolvimento (Fig. 15.1a) e a área em que a pólis predominaria (Fig. 15.1b), até certo ponto, coincidem. A prioridade do fenômeno arqueológico irá permanecer, a menos que nós recuemos a emergência da pólis a uma data anterior improvável, mais perto de 900 que de 800 a.C. Quanto peso nós atribuímos a essa coincidência dependerá de nossa avaliação da importância da cerâmica Geométrica: mas podemos ao menos lembrar os argumentos antecipados por Martin Robertson ao pensar que, naquele período inicial, a

cerâmica pintada teve, de modo geral, uma primazia entre as artes visuais que nunca mais recuperou.⁵ É possível que a sofisticação artística tenha sido um aperfeiçoamento anterior ao desenvolvimento político.

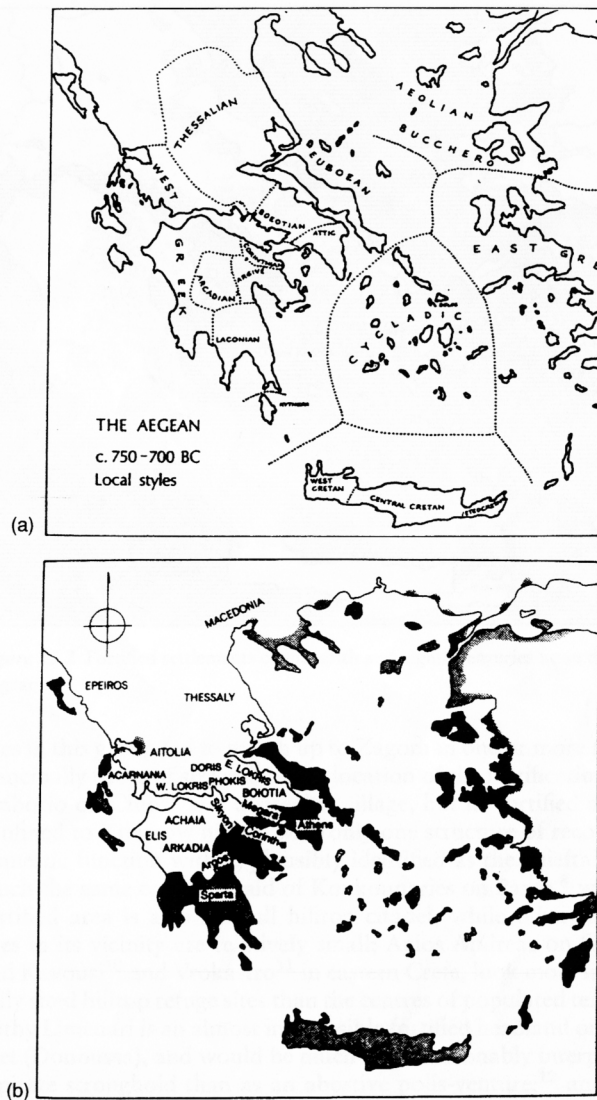



Figura 15.1 (a) extensão dos estilos de cerâmica do Geométrico tardio regional
(b) Extensão do sistema de pólis (sombreado).

Como então, precisamente, a transformação política pode se refletir no aspecto físico da cidade ou do território? Nós podemos começar com a *ásty* em si e supor que as circunstâncias não eram aquelas relativamente simples em que um sinecismo físico ocorreu, com parte da população se movendo para um núcleo urbano recém estabelecido, nem outras ainda mais simples, de colonização de uma nova localidade. Em outras palavras, nós supomos que existia um assentamento

	Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		6 de 23

preexistente, cujo status foi agora transformado por tornar-se o centro da pólis. Como isso aparece? É possível que algum tipo de concentração tenha ocorrido no sítio, com novas funções e, talvez, novos habitantes tenham sido transferidos para ele e que isso esteja visível em uma nucleação de edifícios – possível, mas com a qual não se pode contar. Que um ‘núcleo’ pudesse tomar a forma de um conjunto de vilas separadas, muito depois da transição ao status de pólis, está provado não apenas pela bem conhecida referência de Tucídides à Esparta do século V a.C. [1.10.1], mas pelos achados dos levantamentos arqueológicos em outros lugares da terra natal grega. O fato de uma ágora passar a ser um elemento necessário não é garantia de sua rastreabilidade arqueológica. Uma acrópole, em muitos casos, já existia anteriormente e a Arqueologia contribuiu ao mostrar o quão frequentemente ela era exatamente a mesma que serviu de cidadela micênica. Os edifícios administrativos, como revelam os exemplos de muitas cidades, podiam, de início, ser dispensados. Os santuários são outra questão, mas eles serão tratados aqui sob o item religião. O que nós estamos procurando, acima de tudo, são os traços físicos de atividade *comunal*, a serviço da unidade sociopolítica como um todo.

Esses traços sempre foram pensados em termos de fortificação. Aqui, nós temos que ser mais específicos: a fortificação deve ter sido claramente desenhada para cercar todo o núcleo e não apenas a cidadela; e esse núcleo deve ser de um tamanho adequado para representar uma *ásty* plausível para o território e para a população em questão. Ao invés de ser um mero local protegido e isolado. O segundo critério é aquele que evoca mais controvérsia. Nós temos, por exemplo, toda uma série de sítios escavados nas Cíclades e outras ilhas do Egeu, nos quais uma fortificação cerca o assentamento nucleado: o mais antigo deles teve início no século IX a.C., ou mesmo no X a.C. (Fig. 15.2). Talvez o maior e mais impressionante deles seja Zagora em Andros⁶, que pode servir como um exemplo. Ele tem um muro de proteção (entre as estruturas mais antigas datadas no sítio), áreas de habitação que mostram sinais claros de planejamento, um templo provavelmente contemporâneo e um espaço aberto suficiente para a existência de uma ágora hipotética. Zagora seria, então, o centro de uma pólis primitiva cujo território se estendia pela ilha de Andros? Dada a baixa população estimada para a Grécia como um todo e, as ilhas, em particular, na Idade do Ferro, não é impossível que o tamanho de Zagora, em qualquer avaliação, fosse proporcional a essa função. Mas se esse era um experimento primitivo, ele teve curta duração em Zagora, como em muitos outros sítios desse grupo de ilhas fortificadas, eles foram repentina e permanentemente abandonados por volta de

700 a.C. Muitos dos outros sítios nesse grupo não se assemelham a Zagora em um ou mais aspectos, principalmente no tamanho e na localização da fortificação. Assim, Emborio, em Quios⁷, era uma cidade de tamanho considerável, mas a sua área fortificada estava limitada a um topo de montanha estreito com apenas uma estrutura de função interna reconhecidamente doméstica, identificada de modo plausível como a sala da chefia; o mesmo pode ser dito de Koukounaries em Paros⁸, em que a área fortificada também é uma pequena cidadela na montanha, enquanto outros sítios nucleados na vizinhança são relativamente pequenos; Ágios Andréas em Sifnos⁹, Kavousi¹⁰ e Vrokastro¹¹ no leste de Creta, parecem mais sítios de refúgio, localizados taticamente na montanha, que os centros dos territórios populosos; Vathy Limenari é uma área fortificada quase inacessível em uma ilhota (Donoussa), e seria interpretada muito mais razoavelmente como uma fortaleza de piratas do que uma fundação de pólis que não deu certo (*abortive polis-venture*);¹² e assim por diante. O mero fato dessas fortificações serem, na sua maioria, confinadas a sítios em ilhas, em um tempo que assentamentos no continente e nas ilhas (mesmo aqueles concentrados na mesma época, como Lefkandi na Eubeia¹³ e Nichoria na Messênia¹⁴) não eram fortificados, sugerem que algum fator geográfico especial, ao invés de uma mudança política onipresente, é o responsável pelas muralhas. O longo atraso na construção de muralhas ao redor até das mais famosas *póleis* continentais, ou mesmo, como em Esparta, sua ausência permanente, é uma questão de registro.

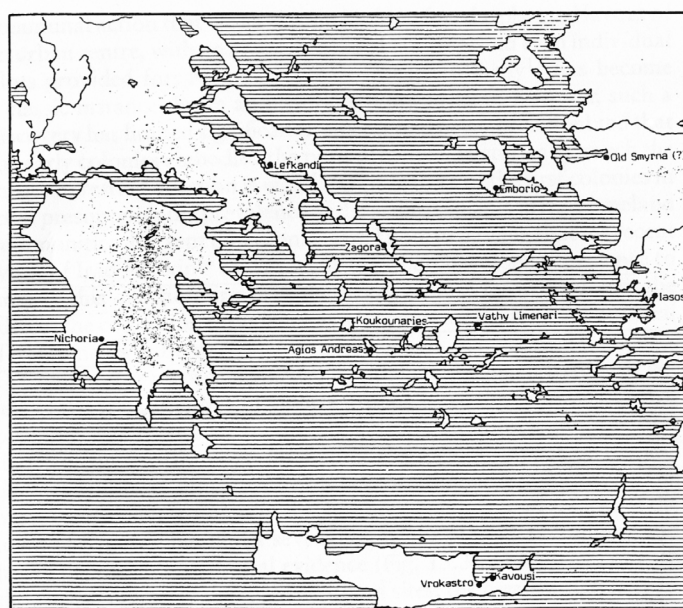


Figura 15.2 Assentamentos fortificados dos séculos IX e VIII a.C. no Egeu.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		8 de 23									

Ao invés disso, acho que devemos concentrar nosso olhar no outro elemento quase invariável desses sítios em ilhas fortificadas: seu abandono definitivo, geralmente por volta do ano 700 a.C. Penso que é esse dado negativo que fornece a evidência mais forte de mudança política. Que processo combinado, se não a formação estatal, levaria grosso modo à deserção simultânea de uma série de sítios que, no século anterior ou dois séculos antes, não foi meramente ocupado, mas em alguns casos, foi um lugar realmente de proeminência local (Zagora, Emborio e nas ilhas de Eubeia, Lefkandi)? Não seria porque a sua localização e os propósitos originais que a induziram, se tornaram repentinamente obsoletos com o advento de um novo sistema? Que sua orientação, com visão interna e consciência de segurança, não formava parte de uma comunidade mais ampla que, em si, prometia segurança por meio da ação comunal? Se esse for o caso, então a Arqueologia, virtualmente sem ajuda, forneceu a primeira indicação segura da data e da natureza da mais antiga formação estatal histórica nas ilhas do Egeu.

Naquela data, o processo colonizador já tinha começado a testemunhar o advento da pólis em circunstâncias um tanto diferentes; e, ainda antes, houve o fenômeno 'pré-colonial' da migração jônica. Foi sugerido que Zagora pode representar uma contribuição relativamente tardia e pouco entusiasmada para esse processo posterior; enquanto hoje nós temos, na evidência do grande cemitério proto-geométrico em Torone na Calcídica¹⁵, uma manifestação consideravelmente anterior e inteiramente inesperada do mesmo espírito migratório. Muitos dos sítios, tanto da migração quanto das colônias mais tardias, também apresentam fortificações como um elemento inicial. Eu me abstenho de apresentar novamente o sítio de Esmirna antiga nessa análise, na espera da confirmação da reinvestigação radical dos arqueólogos turcos sobre as datas de seus dois primeiros circuitos fortificados; mas há outra muralha antiga registrada em lasos na Cária¹⁶ e, no devido tempo, as colônias mais antigas frequentemente precisaram de muros. Nós vimos o suficiente para considerar, entretanto, que as condições locais frequentemente determinaram a construção de uma fortificação. As muralhas das cidades, como mostra o continente, não eram inicialmente uma condição necessária da formação da pólis; e nossos outros exemplos são suficientes para colocar muito em dúvida qualquer crença de que elas também fossem uma condição suficiente.

Agora que os sítios coloniais foram incluídos na discussão, podemos observar que eles são os primeiros a manifestar outro sinal dessa ação comunal de que nós estivemos à procura: o *layout* planejado de um centro urbano, com

uma ágora, quarteirões habitacionais e mesmo os terrenos individuais fornecidos; Mégara Hibleia no leste da Sicília¹⁷ se tornou o exemplo clássico. Do ponto de vista histórico, no entanto, essa descoberta teve um significado limitado, uma vez que nunca se duvidou que as colônias primitivas incorporavam o princípio da pólis. Historicamente, a pergunta mais interessante é se esse elemento nas primeiras colônias pressupõe, em si, o prevalecimento do mesmo princípio nas comunidades da terra natal que fundaram as colônias. Eu observo, de passagem, que a obra recente de Irad Malkin¹⁸ faz algum uso da evidência arqueológica para responder essa questão firmemente na negativa e adota a ideia da experiência colonizadora como 'gatilho' do desenvolvimento político relevante da metrópole.

Evidência física comparável é, previsivelmente, muito mais difícil de detectar em centros urbanos da própria Grécia. Aqui o exercício de planejamento urbano foi frustrado pelas estruturas preexistentes e o melhor que podemos esperar, em geral, é que o *layout* geral do assentamento contenha algum traço de reorganização e mudança. A investigação mais produtiva sobre isso foi empreendida em relação à cidade de Argos¹⁹, mas sob grave prejuízo em virtude da presença de edifícios modernos e da grande dependência das evidências de enterramento (Fig. 15.3). Por outro lado, como no abandono dos sítios em ilhas fortificadas, o sinal mais claro pode ser o negativo. Em lugares, como em Atenas, em que o sítio da ágora subsequente foi previamente utilizado para atividades variadas que incluíam enterramento e, depois, o término dessas atividades pode anunciar a nova ordem política. No caso de Atenas, isso é detectável pouco depois de 700 a.C., quando os túmulos são progressivamente eliminados pela crescente área do sítio da Ágora.²⁰

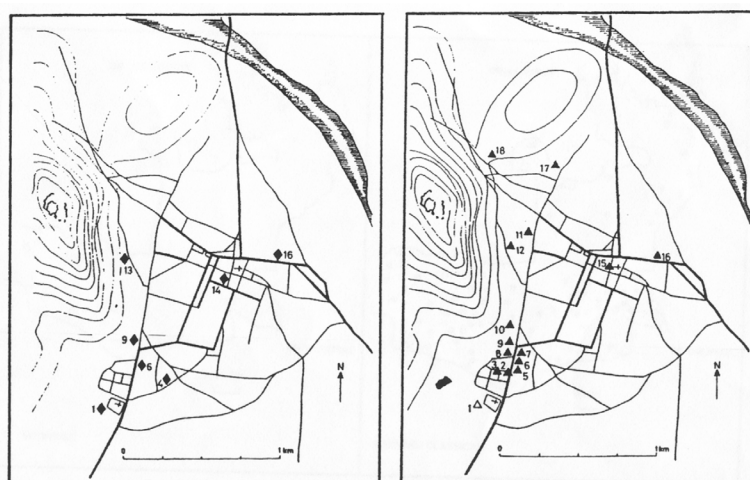



Figura 15.3 Traçado do assentamento primitivo da cidade de Argos: período Proto-geométrico (esquerda) e período Geométrico (direita).

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		10 de 23									

Mas é hora de nos afastarmos dos centros urbanos e olhar, ao invés disso, para o território. O dado territorial é, ao mesmo tempo, o elemento mais básico e o mais negligenciado da organização da pólis. A ilustração mais direta dessa negligência se encontra nas páginas de quase todo atlas Clássico. Aqui, vocês procurarão, em vão, por muitas características que se esperaria encontrar em um mapa de uma civilização histórica bem documentada. O atlas tradicional está limitado, pelo seu formato, a marcar apenas as toponímias antigas conhecidas e firmemente localizadas, além de outras informações que as fontes escritas transmitem. Isso exclui, obviamente, os sítios sem nome escavados ou investigados por meios arqueológicos; mas isso também exclui muito mais. É improvável que haja um mapa mostrando as fronteiras das *póleis* individuais dos períodos Arcaico e Clássico. Depois existem os assentamentos de segunda ordem que devem, na realidade, ter superado numericamente as *áste* em si, mas que na maioria dos atlas, quando aparecem, são em número reduzido; as fronteiras internas dos distritos são, do mesmo modo, ausentes. Nesse caso, os achados da epigrafia se provaram inestimáveis, ao menos no caso da Ática,²¹ mas eles também não são levados em consideração no atlas. Tudo isso explica porque a maioria dos mapas Clássicos, a menos que sejam desenhados em uma escala pequena, têm essa aparência esparsa. Você não precisa de um mapa, de uma abstração e isso, como vimos, é exatamente como a pólis foi concebida pela maior parte dos seus estudiosos mais antigos.

Um objetivo primário da Arqueologia deveria ser preencher esses espaços no mapa e, como vimos, o desenvolvimento da técnica de levantamento regional intensivo forneceu o instrumento que essa tarefa requer. O levantamento tem que ser intensivo se ele tiver que atingir dois objetivos conjuntos: primeiro, descobrir todo o alcance do assentamento, ao menos numa amostra da área, da *ásty* em si até a mais isolada habitação; e, segundo, estimar a frequência de assentamentos, de cada nível de importância, conforme a variação de período a período. Um levantamento em grande escala ou 'extensivo' irá, é claro, cobrir uma extensão muito mais ampla de terreno, mas às custas de recuperar apenas os assentamentos mais evidentes — ou seja, normalmente os maiores — consequentemente, a ordenação é truncada, e a distribuição dos assentamentos possivelmente também fica distorcida, pela negligência com as áreas menos promissoras (ex. infértil ou coberta de vegetação). Pela cobertura total ou quase total de uma determinada porção de território, o levantamento intensivo deveria recuperar uma parte muito grande da história da ocupação local. Por exemplo, o nível de definição cronológica nunca pode ser suficientemente preciso para

	Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		11 de 23

estabelecer se um grupo de sítios foi uma ocupação exatamente simultânea, ao invés de relativamente contemporânea; é preciso mais indicações que corroborem isso, como aquelas fornecidas no caso dos lotes de terra em Metaponto,²² no qual os sítios não são apenas contemporâneos mas também espaçados e localizados muito regularmente em relação às fronteiras territoriais.

Mas em um nível menos específico, as tendências mais amplas de assentamentos entre um período e o seguinte podem surgir muito claramente a partir do levantamento. Considere, por exemplo, os mapas e tabelas publicados pelo Dr. John Bintliff e eu mesmo na área limitada coberta pelas nossas primeiras quatro etapas de levantamento na Beócia (Fig. 15.4).²³ Eles mostram, em um espaço de 21 quilômetros quadrados, um total máximo de apenas 7 sítios com ocupação no período Geométrico, chegando a um máximo de 23 no Arcaico, e um máximo de 76 nos períodos Clássico e início do Helenístico. Uma vez que se sabe que a maioria deles é de sítios rurais pequenos e isolados, torna-se uma conclusão inevitável, que os assentamentos rurais dispersos tiveram início nos primeiros séculos do período histórico e se aceleraram nos séculos V e IV a.C. Resultados como estes, podem ser primeiramente comparados àqueles obtidos em outros levantamentos na Grécia (que em muitos casos apresentam padrões semelhantes) e, então, monitorados pela continuação do levantamento na mesma área. No nosso caso, mais três etapas de campo (1984-86) reforçaram as proporções gerais, mas acrescentaram nuances mais específicas. Assim, os setenta sítios—singulares adicionais, investigados desde a publicação do relatório preliminar, incluem as duas *áste* atuais de Haliartos e Tespias, em cujo território nós particularmente estivemos trabalhando. Eles podem ser acrescentados ao pequeno grupo ocupado a partir do período Geométrico, mostrando que a população então existente era relativamente nucleada. Por conseguinte, Tespias fornece o exemplo mais completo, uma vez que pelo menos dois terços dos nossos sítios estão seguramente localizados em seu território. Essa amostra torna virtualmente certo que não houve nenhuma grande dispersão de assentamentos rurais da cidade nos séculos VIII, VII ou na maior parte do VI a.C.; nem a *ásty* de Tespias era em si um dos maiores assentamentos nucleados nesses anos, mas sim um conjunto de pequenos assentamentos do tamanho de vilas. Apenas nos séculos V e IV a.C., Tespias tornou-se uma cidade de tamanho considerável, e (talvez, em comum acordo com o assentamento de segunda-ordem de Askra) gerou uma propagação densa de assentamentos rurais dentro das suas fronteiras territoriais.

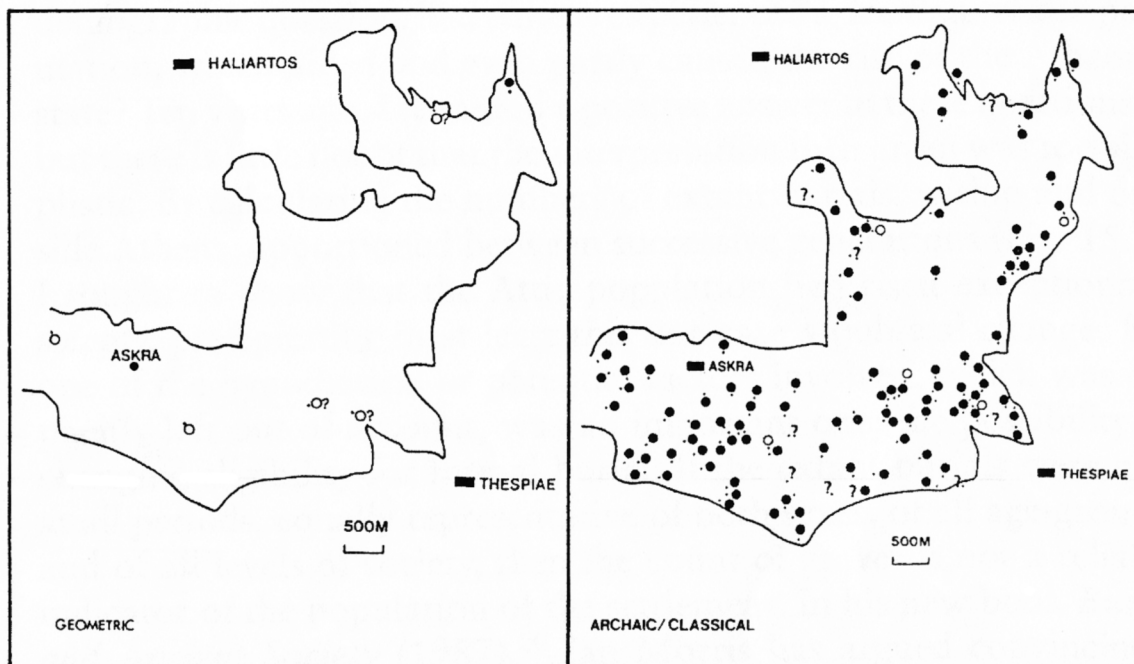



Figura 15. 4 Levantamento da Beócia: distribuição dos sítios Geométricos (esquerda) e sítios Clássicos (direita) (ligeiramente atualizado a partir de Bintliff and Snodgrass, 1985).

Esse padrão é mais interessante por causa do contraste que apresenta com certos outros casos, particularmente o de Atenas. Seja qual for sua explicação precisa, um elemento indiscutível do crescimento inicial de Atenas é a proliferação de novos sítios no território ático durante o século VIII a.C., acompanhada da concentração de ocupações na própria Atenas²⁴, como já vimos, uma razão para associar esse período à emergência do Estado em Atenas. Devemos considerar uma outra razão, parece provável que esse processo em Atenas tenha sido acompanhado por um crescimento expressivo no tamanho da cidade e do número de assentamentos rurais. Aonde, entretanto, isso deixa Tespias? Seria apenas uma ilustração do fato que os processos físicos presentes na formação do Estado podem ser completamente diferentes em lugares diferentes? Existe fundamento para supor que, em termos de poder, ao invés da forma política, Tespias e talvez outras cidades da Beócia tenham se desenvolvido tardiamente e, por essa razão podem ter apoiado a forma livre de confederação étnica que aparece na História tardia como a Liga Beócia? Politicamente, não pode ter havido nenhum adiamento significativo, uma vez que somos afortunados por ter o testemunho em primeira mão de Hesíodo sobre a função de sua própria pólis.

Nossa reconstrução vai depender, em parte, da visão obtida dos sítios rurais dispersos. Na Ática do século VIII a.C., eles parecem uma tentativa bem

	Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		13 de 23

sucedida para consolidar, pela colonização interna, um território excepcionalmente grande, sobre o qual uma única cidade tinha agora responsabilidade. Em Tespias, um território com talvez um vigésimo do tamanho, esse movimento pode não ter parecido nem necessário, nem viável, a partir dos recursos de população disponíveis. Isso nos leva diretamente à questão demográfica mais óbvia: será que Atenas experimentou um crescimento dramático de população que ajudou e, mesmo em parte, causou o surgimento do estado ateniense? Dez anos atrás, eu preferi uma resposta positiva a essas questões;²⁵ mas existe pouca dúvida que a interpretação oferecida então era muito simplista. Ao calcular os números de enterramentos existentes dentro e fora de Atenas, repartido entre as sucessivas gerações (Fig. 15.5), procurei mostrar que a população ática cresceu excepcionalmente de modo abrupto e ocasionando, ao menos nesse caso, uma mudança política. Mas um dos fatores hipotéticos ou potenciais envolvidos, que foi explicitamente deixado de lado, foi um bastante importante: a possibilidade de mudar a elegibilidade em enterramentos formais. Se os enterramentos existentes não fossem, em todos os períodos, igualmente representativos de ambos os sexos, de todas as faixas etárias e de todos os níveis da sociedade, então a contagem dos túmulos não seria um indicador confiável da população do assentamento. Em seu novo livro *Burial and Ancient Society* (1987),²⁶ Ian Morris argumentou, de modo convincente que pelo menos dois dos fatores acima estiveram realmente em ação. Da metade do século XI à metade do VIII a.C., ele acredita que os enterramentos existentes em Atenas apresentam uma proporção de sepultamentos infantis curiosamente baixa e uma predominância igualmente suspeita de mobiliário funerário opulento. A grande onda quantitativa na metade do século VIII a.C. é explicada parcial, ou talvez amplamente, pela suspensão dessas duas exclusões. Esse achado carrega consigo um corolário extremamente problemático: antes de aproximadamente 750 a.C., muitas das pessoas mais pobres e muitas crianças eram dispostas de alguma maneira que não se mostrou, pelo menos até agora, arqueologicamente visível. Apesar dessa implicação tão inesperada, eu acho que os argumentos detalhados de Morris convencerão a maioria dos leitores. Ele aceita que tenha havido *algum* aumento da população ateniense em torno da metade do século VIII a.C.; mas isso foi em uma escala muito mais modesta do que eu acreditei e, historicamente, mais insignificante que a mudança abrupta no contexto do “grupo de enterramentos”. Entretanto, a coisa mais impressionante é que a explicação de Morris sobre essa importante mudança social é, em essência, idêntica àquela que eu ofereci sobre a suposta onda de crescimento da população: que o advento da pólis ateniense

está no centro dela. O que eu interpretei como uma explosão demográfica, que ajuda a acelerar a formação do Estado, Morris interpreta como um corpo de cidadãos recém-formado e suas famílias que reivindicam seus direitos a um enterramento formal de um tipo que tinha sido até então um privilégio bastante seletivo: uma causa aproximada se tornou um resultado imediato. A menos que estejamos ambos errados, parece cada vez mais possível que, em Atenas, mudanças críticas tiveram início no século VIII a.C.

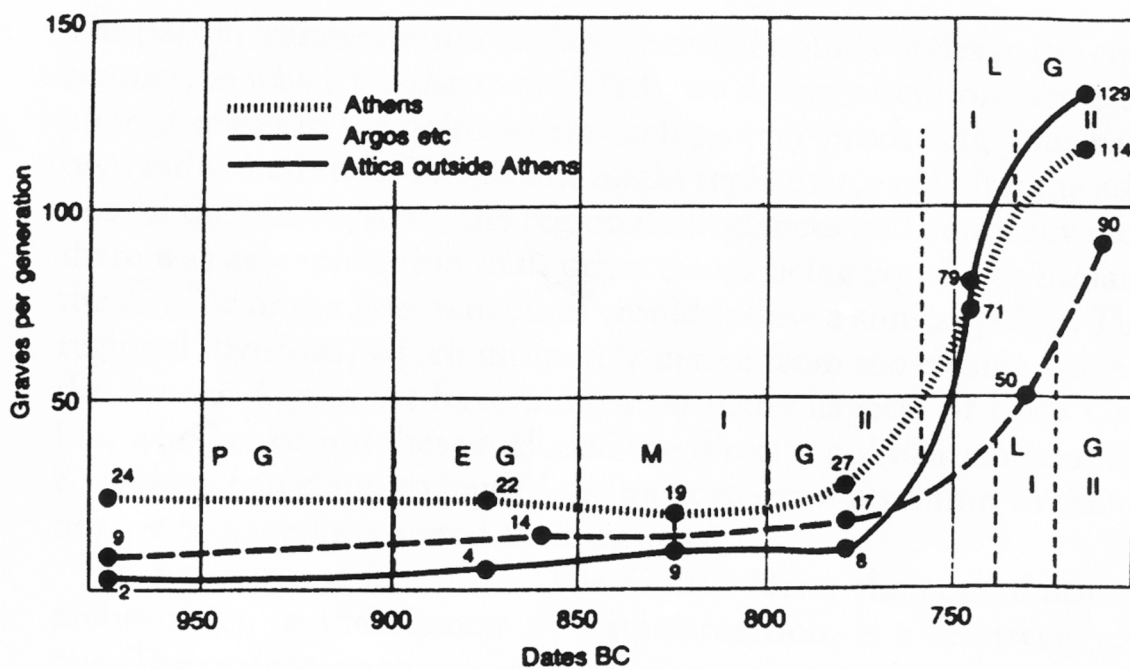


Figura 15.5 Figuras não atualizadas em relação à frequência de enterros em (i) Atenas, (ii) Argólida e (iii) o território da Ática, c. 950-700 a.C.

Nesse levantamento de fortificações, planejamento urbano, assentamentos e demografia territorial, nós não abrangemos apenas os tópicos agrupados por Ehrenberg em “Terra e Mar”, mas também alguns daqueles em seu “Tribo e Cidade”, ou pelo menos em seu segundo elemento. Mas a Arqueologia pode contribuir com alguma coisa sobre a questão do tribalismo e da organização anterior à pólis na Grécia? Eu acho que hoje a palavra de ordem deve ser cautela: desde a publicação de *Tribu et cité*,²⁷ de Denis Roussel, ficou difícil sustentar a fé inabalável de Ehrenberg em uma ‘ordem tribal’ que prevalecia em toda parte no estágio imediatamente anterior à formação estatal. O arqueólogo deve se satisfazer em repetir que, na Grécia dos séculos XI, X, IX a.C., os estilos cerâmicos, práticas funerárias e alguns outros critérios projetam divisões regionais muito

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		15 de 23									

claras na Grécia, em escala maior do que na maioria dos territórios das *póleis* mais tardias. Dentro de cada região, prevalece um grau de homogeneidade de modo que algum tipo de sentimento comunitário é evocado. Essas regiões seriam entidades políticas de um tipo menos complexo? É recomendável cuidado, não apenas porque a consequência não assinala uma ruptura muito clara nesse padrão mais antigo, como preveríamos em uma interpretação estritamente política. A fragmentação parcial desses estilos cerâmicos regionais no séculos VIII a.C., sobre a qual Coldstream (1983) chamou atenção, nem mesmo se aproxima da afirmativa de que cada pólis produtora de cerâmica tem seu próprio estilo individual. Pode ocorrer que, mesmo após a adoção do sistema de pólis, as alianças regionais ainda contenham muito: havia uma expectativa de que, outras coisas sendo iguais, as cidades jônicas, argólicas e beólicas seguiriam uma política semelhante. Essas divisões regionais que, em última instância, derivam dos estágios finais da Idade do Bronze, devem ter influenciado muitos aspectos da vida grega mais antiga, quer isso incluía ou não os políticos; e a Arqueologia pode afirmar ter feito muito para chamar a atenção para os mesmos, senão ao menos o de ter interpretado seus significados.

Então, nós finalmente chegamos no item “Os Deuses”. Aqui a contribuição da Arqueologia, no contexto da formação estatal, é relativamente claro. O reconhecimento de que os cultos “comuns” estatais encontravam-se no próprio centro da pólis deveria ter motivado os arqueólogos a fazer essa contribuição muito antes. Por mais de um século, santuários estatais e inter-estatais importantes foram escavados de modo intermitente e uma característica notável, em muitos casos — Olímpia, Delfos, Delos e Ptoion, a acrópole ateniense, o templo na montanha de Corinto, para citar apenas alguns —, foi a torrente de luz lançada sobre as fases iniciais dos santuários. O que isso revelou é que, afora um debate mutável sobre o grau de continuidade a partir dos tempos pré-históricos, de longe, o fenômeno mais claro nessa área da História religiosa é o súbito aumento de atividade, próximo ao início do período histórico. Eu não vou elencar novamente as categorias diferentes de evidência que refletem essas características;²⁸ basta dizer que santuário após santuário apresenta a sequência de um crescimento abrupto na frequência de pequenas oferendas, seguido (muito rápido algumas vezes) pela construção de um primeiro templo monumental. Aproximadamente contemporânea a essa primeira fase nos santuários mais antigos, o quadro está associado à instituição de uma onda de novos cultos: algumas vezes, eles se encontram em novos locais no território de uma determinada pólis; em alguns casos, eles marcam a primeira fundação do que se tornará uma nova

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca	16 de 23										

pólis. Eles incluem os cultos heróicos, particularmente aqueles localizados nas tumbas pré-históricas, assim como os cultos à divindades. Quando um santuário pertence a uma pólis, a construção de um templo monumental parece um passo particularmente significativo, especialmente quando (como é usual) o templo mais antigo é aquele dedicado ao deus que se tornou a divindade dirigente ou patrona daquela pólis específica. Se Apolo, em seu santuário no Templo da Montanha, era a divindade guia de Corinto, então a fundação de um templo para o deus era, de certo modo, a prova retrospectiva da fundação da pólis de Corinto. A construção desse templo era, além disso, um empreendimento comunitário de um tipo físico substancial.

Mas todo esse argumento tomou uma nova dimensão com a publicação do livro *La Naissance de la cité grecque*, de François de Polignac.²⁹ Enquanto os críticos discordaram dos detalhes de suas conclusões, nada pode depreciar a realização de Polignac de trazer o território, bem como a *ásty*, ao argumento religioso. Ele mostrou que, em muitas cidades, o estabelecimento de santuários maiores e menores no território, algumas vezes incluindo um principal, deliberadamente localizado perto de suas fronteiras, era de importância comparável à formalização do culto central da pólis na cidade em si. Entre outras coisas, esses cultos extramuros serviam para unir a *ásty* ao território afastado, por meio de uma procissão festiva anual que seguia do primeiro ao último; para advertir os vizinhos da extensão do território reivindicado pela pólis; e, geralmente, para proclamar a todos os cidadãos as implicações daquilo que fora realizado. Esse argumento toca o próprio cerne da ideia de pólis.

Falta dizer algo sobre os “Nobres e Não-Nobres” de Ehrenberg. Sabe-se bem que uma dicotomia social, dessa forma geral, persistiu muito depois do surgimento da pólis, até que a tirania ou a democracia exauriram suas forças. Mas há um passo muito importante ao longo da estrada e afastado do domínio ‘nobre’ cuja realidade, até bem recentemente, não foi contestada; e é um passo que foi estabelecido principalmente pela evidência arqueológica. Eu me refiro, é claro, à ‘reforma hoplita’.³⁰ Qualquer que tenha sido a natureza da guerra pré-hoplita na Grécia — um assunto sobre o qual ainda há espaço para os desentendimentos mais radicais — certamente devemos concordar que a formação de um exército de cidadãos, ainda mais claramente, o surgimento acelerado desse exército no domínio dos campos de guerra gregos, foi um avanço histórico decisivo. O questionamento recente sobre a realidade de uma ‘reforma hoplita’ não pode, efetivamente, eximir-se das consequências históricas. Mesmo se o uso recorrente do termo falanges em Homero implica a existência, em tempos passados, de

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		17 de 23									

exércitos maciços cuja eficácia militar era maior do que a forma épica lhe permitia expressar, e mesmo que esses exércitos fossem bem e uniformemente equipados — uma influência um tanto discutível a partir do texto da *Ilíada* — o cidadão hoplita incorporava muitos desvios substanciais desse tipo de sistema. O hoplita, primeiramente, servia principalmente, e cada vez mais, apenas ao Estado; em segundo lugar, ele e seus companheiros formavam uma porção substancial (tipicamente, cerca de um terço) da população adulta masculina; em terceiro lugar, ele era, por meio de seus próprios gastos, tão bem equipado e protegido que, durante séculos, no campo de guerra ele podia apenas se contrapor a outro hoplita; em quarto lugar, sua proeminência, mais cedo ou mais tarde, recebeu o derradeiro louvor, posto que os próprios nobres passaram a lutar como hoplitas nas falanges. Poucos, talvez alguns destes atributos podem ter pertencido aos exércitos maciços mais antigos. Em que situação eles passaram a existir e em que ponto do tempo, entre o fim do século VIII e a metade do século VII a.C., os exércitos hoplitas moldaram, ao invés de meramente ecoar a História da pólis. A existência de hoplitas é a prova *a posteriori* mais clara da existência da pólis, tanto na Grécia em geral quanto em cada caso específico; e a melhor evidência a respeito dos hoplitas permanece a arqueológica.

Em um momento bastante anterior à primeira evidência clara da existência dos exércitos hoplitas, muitas comunidades gregas adotaram outra inovação que estava muito ligada a esse fenômeno: a descontinuidade dos enterramentos com armas (e das provisões correspondentes dos ornamentos de metal dos enterramentos femininos). Tudo sobre essa mudança serve para evidenciar sua conexão próxima ao surgimento da pólis: o fato disso afetar principalmente aqueles de status social mais elevado; o fato dele não coincidir em outras áreas que rejeitaram a ideia de pólis (Lócris, Acaia, Tessália continuam a produzir enterramentos de guerreiros mais tardios); o fato de encontrar uma característica compensatória no crescimento expressivo das oferendas, exatamente da mesma classe de objetos, nos santuários – o comunal substituindo o pessoal.³¹ Essa mudança é mais claramente datada em Atenas e Argos, onde coincide de modo razoavelmente preciso com o final do estilo Geométrico local, em torno de 700 a.C., e em Cnossos, em Creta, onde é mais tardio ou mais gradual, com alguns poucos casos isolados persistindo durante a primeira metade do século VII a.C. Como o recrutamento dos exércitos hoplitas, isso mostra o quão rapidamente o *éthos* da pólis anulou, o que poderia ser considerado como um interesse privado de seus membros. Uma vez mais, entretanto, é essencialmente

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		18 de 23									

um fenômeno arqueológico: as fontes antigas não registram isso e, realmente, uma interpretação da passagem de Tucídides sobre os túmulos cários em Delos [1.8.1] sugere que, durante o século V a.C., a antiga prática de enterramento com armas havia sido esquecida.³²

Historiadores gregos podem ter começado a interrogar-se sobre onde esse catálogo de pretensões arqueológicas irá terminar. Então deixem eu mesmo resumir, reconhecendo que, em primeiro lugar, muitas, embora de modo nenhum todas as contribuições reivindicadas aqui pela Arqueologia estão associadas à uma única época da emergência da pólis. Toda a evidência aqui considerada indicou uma data no século VIII a.C. para esse episódio, ou ao menos para seu início. Mas essa, afinal, foi a data que Victor Ehrenberg lhe atribuiu, em grande parte a partir de outros tipos de evidência, já em 1937.³³ A contribuição da Arqueologia foi um enorme corpo de detalhes circunstanciais e confirmatórios de muitas categorias diferentes. Em segundo lugar, permitam-me admitir que a validade de muitos argumentos arqueológicos depende, em última instância, de uma discussão *a posteriori* sobre as declarações das autoridades antigas, ou das inferências feitas pelos historiadores dos períodos mais tardios sobre a História da cidade grega. Esse artigo foi pensado para ajudar a concertar, não usurpar, a linha de investigação mais interessante dos estudos contemporâneos da História grega.

BIBLIOGRAFIA

ADAMESTEANU, D.

1967. Problèmes de la zone archéologique de Métaponte. *Revue Archéologique*: 3-38.

BINTLIFF, J.L e SNODGRASS, A.M.

1985. The Cambridge/Bradford Boeotian Expedition: the first four years. *Journal of Field Archaeology* 12: 123-61.

BOARDMAN, J.

1967. *Excavations in Chios, 1952-55: Greek Emporio*. London.

CAMBITOGLU, A. COULTON, J. J., BIRMINGHAM, J. AND GREEN, J. R.

1981. *Archaeological Museum of Andros*. Athens. (1971), *Zagora* 1. Sydney.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca	19 de 23										

CAMP, J. M.

1985. *The Athenian Agora: Excavations in the Heart of classical Athens*. London. Catling, H. W. (1983) and (1986), 'Archaeology in Greece, 1982-83' and 'Archaeology in Greece, 1985-86', *Archaeological Reports* 29 (1982-3), and 32 (1985-6).

CHERRY, J. F.

1978. Generalisation and the archaeology of the state. In. D. R. Green, C. C. Haselgrove and M. J. T. Spriggs (eds.), *Social Organisation and Settlement. British Archaeological Reports* (S) 47. Oxford.

CHERRY, J. F.

1984. The emergence of the state in the prehistoric Aegean. *Proceedings of the Cambridge Philological Society* 210: 18-48.

CLAESSEN, H. J. M. e SKALNIK, P

1978. *The Early State*. The Hague. Cohen, R. and Service, E. R. (eds.) 1978J, *Origins of the State: the Anthropology of Political Evolution*. Institute for the Study of Human Issues. Philadelphia.

COLDSTREAM, J. N.

1983. The meaning of the regional styles in the eighth century BC. In. R. Hägg (ed.). *The Greek Renaissance of the Eighth Century BC: Tradition and Innovation. Skrifter utgivna av Svenska Institutet i Athen* (Series 4°) 30. Stockholm.

COOK, R. M

1955. Thucydides as archaeologist. *Annual of the British School at Athens* 50:266-70.

EHRENBERG, V.

1937. When did the *polis* rise?. *Journal of Hellenic Studies* 57:147-59.

EHRENBERG, V.

1969. *The Greek State*. London, Methuen.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca	20 de 23										

ELIOT, C. W. J.

1962. The Coastal Demes of Attica. *Phoenix*, Suppl. V, Toronto.

GESELL, G.C., DAY, L.P., e COULSON, W.D.E.

1983. Excavations and survey at Kavousi, 1978-81, *Hesperia* 52: 389-420.

GESELL, G. C., DAY, L. P. e COULSON, W.D. E.

1985. Kavousi, 1982-1983: the Kastro, *Hesperia* 54: 327-55.

HÄGG, R.

1982. Zur Stadtwerdung qes dorischen Argos. In. D. Papenfuss and v. M. Strocka (eds.). *Palast und Hütte, Mainz*: 297-307.

HALL, E. H.

1914. *Excavations in Eastern Crete: Vrokastro*. Philadelphia.

LEVI, D.

1961-2. le due prime campagne di scavo a Iaso. *Annuario della Scuola archeologica di Atene* 39-40 (n.s. 23-4): 527-34.

MCDONALD, W. A., W. A., COULSON, W. D. E. e ROSSER, J.

1983. *Excavations at Nichoria in Southwest Greece 3: Dark Age and Byzantine Occupation*. Minneapolis.

MALKIN, I. S.

1987. Religion and Colonization in Ancient Greece. *Studies in Greek and Roman Religion*, 3. Leiden.

MORRIS, I. M.


1987. *Burial and Ancient Society*. New York, Cambridge University Press.

PHILIPPAKI, B

1970. Agios Andreas Siphnou, *Arkhaiologikon Deltion* 25, Chroniká: 431-4.

POLIGNAC, F. De

1984. *La Naissance de la cité grecque*. Paris, La Decouverte.

	Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		21 de 23

POPHAM, M.R, SACKETT, L.H, THEMELIS, P.G.

1979-80. *Lefkandi I: The Iron Age. The settlement and Cemeteries*. BSA Suppl. Vol 11, Londres.

PRITCHETT, W. K

1985. *The Greek State at War*. Part IV. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

RENFREW, A. C.

1975. Trade as action at a distance: questions of integration and communication. In: J. A. Sabloff and C. C. Lamberg-Karlovsky (eds.), *Ancient Civilization and Trade*, Albuquerque, University New Mexico Press: 3-59.

RENFREW, A. C e CHERRY, J. F.

1985. *Peer Polity Interaction and the Development of Sociopolitical Complexity*. Cambridge, Cambridge University Press.

ROBERTSON, C. M.

1951. The place of vase-painting in Greek art. *Annual of the British School at Athens* 46: 151-9.

ROUSSEL, D.

1976. *Tribu et cité*. Paris, Les Belles Lettes.

SCHILARD, D.

1983. The decline of the Geometric settlement of Koukounaries at Paros. In: R. Hägg (ed.). *The Greek Renaissance of the Eighth Century BC: Tradition and Innovation*. *Skrifter utgivna av Svenska Institutet i Athen (Series 4°)* 30. Stockholm: 173-83.

SNODGRASS, A. M.

1964. Carian armourers: the growth of a tradition. *Journal of Hellenic Studies* 84:107-18.

SNODGRASS, A. M

1977. *Archaeology and the Rise of the Greek State*. Inaugural lecture. Cambridge.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca		22 de 23									

SNODGRASS, A. M.

1980. *Archaic Greece: the Age of Experiment*. London, Hardcover.

THOMPSON, H. A e WYCHERLEY, R. E

1972. The Agora of Athens. *The Athenian Agora*, 14. Princeton.

TRAILL, J. S

1975. The Political Organization of Attica. *Hesperia Supplement* 14. Princeton.

VALLET, G., VILLARD, F e AUBERSON, P.

1976. *Mégara Hyblaea 1: le quartier de L'agora archaïque*. Paris, Ecole Francaise de Rome Publication.

ZAPHIROPOULOU, PH

1967-71. Donoussa. *Arkhai(j)logikon Deltion* 22, Chroniká, 467; 24, Chroniká, 390-3; 25, Chroniká, 426-28; 26, Chroniká, 465-7.

NOTAS:

(Endnotes)

1 Ehrenberg (1969).

2 Ver, por exemplo, Cohen and Service (eds.) (1978); Claessen and Skalnik (eds.) (1978); Cherry (1978 and 1984); Renfrew and Cherry (eds.) (1985).

3 Ver Renfrew (1975), que considera c. 1.500 km² um tamanho modular freqüente, e c. 40 km² uma distancia media entre os lugares centrais de módulos vizinhos. Ambas as figuras são altas demais para a pólis grega mediana, apesar do calculo de C.Doxiadis, citado por Renfrew em 14-16.

4 Ehrenberg (1969), 19; Coldstream (1983).

5 Robertson (1951), especialmente 152-4.

6 Cambitoglou *et al.* (1971); Cambitoglou (1981).

7 Boardman (1967).

8 Ver principalmente Schilardi (1983), com menção de outros sítios de Paros em 180-82 e n. 39-42.

9 Philippaki (1970).

10 Ver mais recentemente Gesell *et al.* (1983) e (1985).

11 Hall (1914).

12 Zaphiropoulou (1967-71).

13 Popham *et al.* (1979-80).

14 McDonald *et al.* (1983).

15 Para os relatórios preliminares, ver Catling (1983), 42-4 e (1986), 59-61.

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										Arqueologia e o Estudo da Cidade Grega	Jan / 2010
labeca	23 de 23										

- 16 Levi (1961-2).
- 17 Vallet *et at.* (1976).
- 18 Malkin (1971).
- 19 Hägg (1982).
- 20 Thompson e Wycherley (1972),10,12,19; Camp (1985),28, Fig. 11, e 34; nenhuma narrativa, entretanto, revela claramente o fato que, a partir do final do século VIII a.C., os enterramentos foram excluídos da área central da Ágora e banidos para locais na periferia onde, por sua vez, eles desapareceram (com exceção de dois enterramentos tardios em um lote familiar), no final do século VII a.C.
- 21 Ver por exemplo Eliot (1962) e Traill (1975), com seus mapas associados.
- 22 Ver principalmente Adamesteanu (1967).
- 23 Para um relatório preliminar, ver Bintliff e Snodgrass (1985).
- 24 Snodgrass (1977),16-17, Fig. 3, e 29, Fig. 5.
- 25 Snodgrass (1977),10-14 e, mais amplamente, (1980),21-5, Figs. 3-4.
- 26 Morris (1987).
- 27 Roussel (1976).
- 28 Snodgrass (1980), 33,52-65.
- 29 de Polignac (1984).
- 30 Por exemplo, por Pritchett (1985); Morris (1987), 196-201.
- 31 Snodgrass (1980),52-4,105-7.
- 32 Então Cook (1955); para uma visão um tanto diferente, Snodgrass (1964).
- 33 Ehrenberg (1937).